



# PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

CNPJ: 18.316.281/0001-51 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI MUNICIPAL Nº 164, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.**

*“Autoriza a Concessão de Subvenções Sociais, Auxílio e Contribuições às Entidades sem Fins Lucrativos e Instituições Multigovernamentais e a Pessoas Físicas para o Exercício de 2.020 e dá Outras Providências.”*

**O POVO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA**, por seus representantes, decreta, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais, auxílios e contribuições, com base nas consignações orçamentárias e respectivos créditos adicionais para o exercício de 2020, conforme as seguintes especificações:

Nome da Instituição	Valor da Transferência
Contribuição a Associações Multigovernamentais para Apoio a Administração Pública	46.534,63
Contribuição a Associação Filantrópica para Apoio ao Recolhimento de Lixo	195.947,05
Transferência de Verba a EMATER	81.926,65
Contribuição a Associação de Agricultores para Apoio a Agricultura	84.000,00
Contribuição a Entidade Filantrópica para Apoio a Portadores de Deficiência	230.523,39
Subvenção a Entidade Filantrópica para Apoio ao Idoso	192.195,00
Contribuição a Entidade Multigovernamental para Apoio ao Ensino	1.300,00
Contribuição a Entidade Multigovernamental para Apoio ao Turismo	4.140,00
Manutenção de Contrato de Rateio CIMVALPI	1.048.914,12
Manutenção de Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISAMAPI	1.028.923,86
Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	144.696,40
<b>Total</b>	<b>3.059.101,10</b>

**Art. 2º** A concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições destinados às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas às seguintes condições:

- I – atender as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – ter caráter assistencial, médico, educacional, esportivo ou cultural e atender direto ao público, de forma gratuita;
- III – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- IV – apresentar declaração de regular funcionamento no último ano, emitida no exercício de 2.020 por autoridade local;
- V – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- VI – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VII – apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

CNPJ: 18.316.281/0001-51 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**VIII** – existir recursos orçamentários e financeiros;

**IX** - celebrar o respectivo convênio ou outro instrumento de regulamentação de repasse;

**X** - estar em atividade a mais de um ano;

**XI** - atender os requisitos da Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo único.** Considera-se autoridade para fins desta lei Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Prefeito, Vereador, Delegado de Polícia Civil, Comandante da Polícia Militar, Comandante do Destacamento da Polícia Militar e outros assemelhados.

**Art. 3º** Os valores das subvenções sociais, sempre que possível serão calculados com base em unidades de serviços, efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência, utilizando o procedimento contido na Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2014, exceto os consórcios públicos e as demais entidades que têm o procedimento dispensado ou inexigível na forma da própria lei.

**Art. 4º** As transferências dos recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para entidades privadas, a qualquer título, serão realizadas, exclusivamente, mediante assinatura do convênio, acordo, ajuste, chamamento público ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

**Art. 5º** A concessão de ajuda financeira a título de subvenção social ou auxílio fica condicionada a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos da entidade pelo órgão competente da Entidade cedente do recurso.

**Art. 6º** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-á a fiscalização do Órgão cedente, através do envio de prestação de contas até 30 dias do prazo final do convênio, com a finalidade de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

**Art. 7º** Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta lei.

**Art. 8º** Aplica-se na concessão de qualquer ajuda financeira às entidades privadas, as normas estabelecidas no art. 116, da Lei Federal nº. 8.666/93 e na Lei Federal nº. 13.019/2014.

**Art. 9º** Além das subvenções previstas nesta lei poderá ainda ser concedido auxílio financeiro ou bens materiais às pessoas físicas nas seguintes situações:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

CNPJ: 18.316.281/0001-51 - ESTADO DE MINAS GERAIS

**I** - material de construção às pessoas carentes para construção, reforma e melhoria de casas habitacionais, desde que se enquadre no plano municipal de habitação;

**II** – concessão de auxílio ou fornecimento de cestas básicas;

**III** – concessão de auxílio financeiro para tratamento de saúde fora do domicílio;

**IV** – concessão de auxílio financeiro para aquisição de medicamentos;

**V** – concessão de auxílio financeiro para pagamento de energia e água nos casos extremos;

**VI** – concessão de cadeiras de rodas, óculos, roupas, fraldas e outros materiais de caráter assistencial não previsto em lei municipal.

**§1º** Para concessão dos auxílios previstos neste artigo deverá constar laudo socioeconômico/parecer social e solicitação do benefício com a autorização do Secretário Municipal de Saúde ou da Assistência Social ou pelo chefe do setor o qual o Assistente Social tiver subordinado.

**§2º** Fica dispensado o laudo/parecer do assistente social, quando o produto ou serviço solicitado já existir contrato de fornecimento através de processo licitatório ou que tenha em estoque nas Secretarias pertinentes.

**Art. 10.** Poderá o Poder Executivo, quando necessário complementar as dotações de contribuições, subvenções, auxílios financeiros e contrato de rateio dos consórcios utilizando o limite global definidos na lei orçamentária anual ou em leis específicas de suplementações.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.020.

Município de Urucânia, 11 de Dezembro de 2019.

**Frederico Brum de Carvalho**  
Prefeito Municipal